

"A volta dos que não foram": Quem são e o que veicularam em suas candidaturas os "parlamilitares" eleitos em 2018?

Caio Paglis Marques Plácido
Carlos Artur Gallo

Resumo: O presente artigo tem como temática central o perfil e os conteúdos das campanhas eleitorais de parlamentares com origem profissional das Forças Armadas e das Agências de Segurança Pública brasileiras eleitos em 2018. Através desse processo eleitoral, foi possível identificar 26 parlamentares que vincularam suas patentes às suas candidaturas e nomes de urna. Após a realização da coleta de dados foi possível traçar um perfil desses 26 parlamentares no que diz respeito a partido, gênero, etnia, ocupação profissional e outras características relevantes. Também foi possível identificar, através da análise das postagens feitas durante o período eleitoral nas redes sociais *Facebook* e *YouTube* vinculadas a esses parlamentares dois tipos de conteúdo instrumentalizado nas campanhas: o conteúdo programático e o conteúdo ideológico. A análise permitiu contribuir acerca do debate da "nova" direita brasileira no campo da Ciência Política e concluir que essas candidaturas estão relacionadas aos legados do autoritarismo no Brasil.

Abstract: The present paper has as its central theme the profile and contents of parliamentarians election contents by members of the Brazilian Armed Forces and Public Security Agencies elected in 2018. During the 2018 election process, it was possible to identify, at least, 26 congressmen who linked their patents to their nominations and ballot names. After data collection, it was possible to draw a profile of these 26 congressmen regarding the party, gender, ethnicity, occupation and other relevant characteristics. It was also possible to identify, by analyzing the posts on the social networks *Facebook* and *YouTube* of these parliamentarians of the electoral period, two types of content instrumentalized in the campaigns - the programmatic content and ideological content. The analysis made it possible to contribute to the debate of the "new" right in the Political Science and to conclude that these candidatures are related to the legacies of authoritarianism in Brazil.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2018, ano em que a Constituição Federal brasileira – redigida após o encerramento de um longo regime autoritário – completou seus 30 anos de existência, 117.364.654 brasileiros foram às urnas para eleger presidente e vice-presidente, 26 governadores, 54 senadores, 513 deputados federais e 1.059 deputados estaduais, divididos entre as Assembleias Legislativas de cada um dos 25 Estados da Federação e do Distrito Federal. O resultado das eleições de 2018 motiva a reflexão e a investigação científica, uma vez que, apesar das eleições serem a mais marcante expressão do exercício da democracia, elas tiveram como resultado a eleição de diversos candidatos que adotaram posturas antidemocráticas e autoritárias durante toda a campanha eleitoral, a exemplo da chapa presidencial vencedora do pleito.

Além dessas posturas adotadas por parte de alguns candidatos, outra característica que chama a atenção sobre os eleitos são suas origens profissionais, visto que mais de 70 candidatos com patentes militares foram eleitos em todo o país. Como exemplo, cita-se o caso do Estado do Rio de Janeiro, onde foram eleitos 10 deputados estaduais com patente militar (havia 94 cadeiras sendo disputadas no pleito), além da própria chapa presidencial, composta por dois antigos membros das Forças Armadas (FA): um capitão e um general do Exército Brasileiro. A revista *Nexo* demonstra que desde 2006 o número de candidatos militares aumentou, bem como o número de eleitos. No ano de 2006, 2% dos candidatos militares foram eleitos, 4% em 2014, e, em 2018, o número subiu para 8%. Dos 961 candidatos militares, 600 deles vincularam suas patentes ao nome de urna. A revista ainda afirma que os delegados são aqueles que estão entre os mais eleitos, seguidos dos capitães, majores, tenentes, coronéis, cabos e por fim sargentos.

Os dados demonstram a necessidade de olhar para esses fatos e entendê-los, posto que a eleição de candidatos com tais características sugere diversas perguntas que podem e devem ser respondidas. Quem são esses candidatos e como se constroem essas candidaturas? O que é vinculado ao seu discurso para mobilizar os votos do eleitorado? Qual o perfil dessas candidaturas? A eleição dos mesmos estaria ligada a resquícios do autoritarismo no Brasil? Tendo estes questionamentos como norte, a pesquisa exploratória aqui apresentada tem como pano de fundo a ocupação parlamentar por membros das FA e das Agências de Segurança Pública (ASP). Entretanto, torna-se necessário esclarecer que este estudo não tem a pretensão de explicar totalmente esse fenômeno, uma vez que seu objetivo central é, neste momento, apresentar um panorama de como tais candidaturas foram construídas durante a campanha eleitoral e verificar se a suas construções estão relacionadas com os legados do autoritarismo no Brasil.

Para alcançar tal objetivo, a delimitação do objeto de estudo recai sobre as candidaturas e campanhas eleitorais dos parlamentares que foram eleitos em 2018 para o Legislativo Federal que possuem ligação com as FA e com as ASP. Tendo em vista o objetivo de analisar tais candidaturas, esse estudo está organizado em duas etapas distintas, a primeira etapa da pesquisa compreende a

identificação, dentre os 513 deputados e deputadas federais e 54 senadores e senadoras eleitos, quais foram aqueles que vincularam suas patentes das FA ou das ASP em suas candidaturas e ao nome de urna. Para realizar essa identificação foi necessário a busca no Portal *divulgacand*, estado por estado, dos candidatos eleitos que se encaixavam no recorte estabelecido. As eleições dessas candidaturas foram devidamente confirmadas no site oficial da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Nessa perspectiva, também fez parte da primeira etapa deste estudo, traçar o perfil dessas candidaturas depois de terem sido identificados os parlamentares eleitos. Isso significa dizer que em um primeiro momento, foram coletados dados a respeito do partido, estado, ocupação e porcentagem de votos obtidos pelos mesmos nas eleições. O segundo momento da primeira etapa de coleta de dados envolveu um processo de mapeamento mais detalhado do perfil desses parlamentares, envolvendo as categorias de gênero, idade, etnia, as coligações das quais eles fizeram parte, os slogans dessas coligações, ocupações declaradas no *divulgacand*, profissões declaradas no portal da Câmara/Senado, atividades profissionais e cargos públicos, grau de instrução e formação. A base de coleta de dados foram as informações declaradas pelos próprios candidatos ou suas equipes de campanha no *divulgacand*, no Portal da Câmara de Deputados e no Portal do Senado.

A segunda etapa diz respeito, estritamente, à campanha dos deputados/as e senadores eleitos. Levando em consideração o contexto eleitoral de 2018 que foi marcado pelo uso das redes sociais como *Facebook*, *YouTube*, *Twitter*, *Instagram*, entre outros, para a promoção de todos os candidatos e como uma ferramenta que foi altamente explorada para a mobilização de votos e usada indiscriminadamente sem nenhum tipo de regulação por parte do TSE, foi identificado que a coleta de dados também poderia ser utilizada nos mesmos moldes pois, como aponta Messenberg (2019):

No mundo contemporâneo, os meios de comunicação de massas e as redes digitais constituem-se nos espaços privilegiados para a construção de enquadramentos as quais as pessoas recorrem para organizar e selecionar suas atitudes políticas. Tais enquadramentos são produzidos de forma interativa, isto é, são resultados de um processo de mão dupla entre os emissores e os receptores de informação. (Messenberg, 2019, p. 31)

Isso significa que os padrões interpretativos e os valores simbólicos dominantes do senso comum são alimentados e/ou reformados de uma maneira dinâmica. Sendo assim, a segunda etapa envolveu a coleta de informações retiradas diretamente das páginas oficiais do *Facebook* e dos canais no *YouTube* durante o período de campanha eleitoral que compreende de 16 de agosto a 6 de outubro. As informações foram retiradas das publicações, fotos e vídeos postados pelos parlamentares durante a campanha, a fim de identificar como se construíram essas candidaturas e o que foi utilizado no sentido de mobilização de votos de cada um dos parlamentares que se enquadraram na delimitação do objeto da pesquisa.

Primeiramente, é necessário fazer algumas breves considerações teóricas sobre o contexto no qual estão inseridos estes parlamentares, como também sobre o que vem a ser legados autoritários, conceito chave para esse estudo antes de demonstrar os resultados obtidos neste estudo. Em um momento que o Brasil se vê mergulhado em crises políticas e de representação democrática, na sucessão do impedimento de uma presidenta democraticamente eleita de terminar o seu mandato, em uma crise econômica que tem elevado a taxa de desemprego, sob protestos de rua que marcaram uma ruptura social e intensos episódios de violência política, observou-se a ascensão de ideias e discursos que pregam a intolerância, a violência e o autoritarismo no país. Essas ideias se colocam inversamente ao estado democrático de direito previsto na Constituição Federal de 1988, redigida após 21 anos de um regime militar consolidado após o Golpe de 1964.

Para Lowy (2015), em períodos de crise se intensificam as ameaças contra os regimes democráticos. Sob essa prerrogativa, novos atores políticos acabam por ascender politicamente, como é o caso do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro (Sem Partido). O referido presidente é um militar reformado do Exército Brasileiro, que obteve um total de 57.797.847 votos - o que representa 55% dos votos válidos - e apresentou um discurso pautado na demonização dos partidos de esquerda, canalizado na figura do Partido dos Trabalhadores (PT), recusa no reconhecimento das pautas das minorias políticas (questões feministas, raciais e LGBT's), ambientais e dos direitos humanos, negacionismo e revisionismo do período autoritário (1964-1985) e ameaças constantes ao jogo democrático. Porém, como mencionado, esse resultado não se limitou somente ao Poder Executivo, foi observado também um avanço de agentes com os mesmos comportamentos discursivos no Poder Legislativo Federal.

O Partido Social Liberal (PSL), sigla na qual o presidente eleito concorreu ao pleito, elegeu 52 deputados e deputadas federais, tornando-se a segunda maior bancada do Legislativo, neutralizando diversas forças da "direita moderada" e dando espaço à uma direita com ideologias mais radicais. É importante ressaltar que nas eleições de 2014, o PSL elegeu apenas 1 deputado federal. Nesse sentido, torna-se indispensável uma reflexão a respeito da "guinada à direita", consequência do resultado das eleições de 2018.

A direita, como aponta Bobbio (2001), movimenta-se pelos ideais que priorizam o individualismo, a priorização da propriedade privada, a primazia do sagrado, a valorização da ordem e da tradição, a intolerância à diversidade étnica, sexual e cultural, o militarismo, a defesa da segurança nacional, o anticomunismo e a identificação constante com as classes que são superiores na sociedade. No Brasil, Codato, Bolognesi e Roeder (2015) já demonstraram que isto pôde ser observado desde 2014, onde o Legislativo eleito foi o mais conservador desde 1964. Os autores demonstram que em 2010, 36,3% das cadeiras eram ocupadas por partidos de direita e que em 2014

esse número subiu para 43,5%, entretanto, o perfil desses parlamentares eleitos parece, segundo a análise dos autores, diferente do perfil daqueles eleitos em 2010.

Essa prerrogativa de diferença no perfil dos candidatos eleitos, que transforma o Legislativo desde 2014, é o que tem sido denominado no âmbito das pesquisas em Ciências Sociais de "nova" direita. Messenberg (2019) aponta que a atual cosmovisão - no sentido weberiano - da "nova" direita brasileira é compreendida como um "universo multidimensional", isso porque, ela não se apresenta com contornos, limites e fronteiras bem delimitados. A nova direita tem um perfil diferente pois ela incorpora algumas das agendas da esquerda ou do centro sem deixar para trás o caráter tradicional da direita, como por exemplo o capitalismo como modelo econômico e os preceitos morais tradicionais, sem colocar no debate questões como a legalização do aborto, participação feminina na política e o casamento igualitário, revelando que a nova direita cresce à luz do conservadorismo e do controle das liberdades individuais. Essa nova corrente política é dotada de novas lideranças na política nacional, sendo a mesma representada principalmente por comunicadores, líderes religiosos, sargentos, e, como é o caso de Jair Bolsonaro - há 28 anos na política -, políticos profissionais com discursos conservadores e situados no espectro da extrema-direita.

Conforme Cepêda (2018), e, pensando-se no caso brasileiro, o termo "nova" encontra significado correspondente em um novo cenário, novos alvos e novos meios de atuação, traduzidos na multiplicação dos instrumentos de luta política na atualidade, tais como o aumento das mobilizações de massas conservadoras e os meios de comunicação das mídias sociais. Ainda que não tenha limites bem delimitados, a nova direita brasileira se inclina para a defesa da liberdade econômica e do respeito aos valores conservadores - que de certa forma - já coexistem há muito tempo na trajetória do pensamento político brasileiro.

Portanto, torna-se necessário entender de que forma e quais são os elementos que propiciaram uma nova roupagem para a direita brasileira. Nesse sentido, Chaloub e Perlatto (2016) desenvolvem seis hipóteses que justificam e auxiliam na compreensão para o sucesso e protagonismo atual da nova direita no Brasil. A primeira diz respeito à coerência com o cenário internacional de guinada à direita na política institucional, aqui é necessário entender que a nova direita é um fenômeno mundial e não um caso isolado da política brasileira. A segunda hipótese apresentada pelos autores está relacionada ao distanciamento temporal do regime militar brasileiro. As novas gerações de eleitores sequer viveram sob o regime ou vivenciaram o período de redemocratização - sobretudo na infância -, o que distorce a percepção do que é viver sob os riscos de um Estado autoritário. Os fatores que agravam essa hipótese se encontram nos efeitos da lei de anistia de 1979, na demora do Estado em reconhecer as vítimas da ditadura e de seus algozes, na falta de entendimento geral do que foi o regime, bem como nas disputas discursivas - e políticas - atuais sobre os desdobramentos do golpe de 1964.

As mudanças tecnológicas e funcionais da indústria cultural também são consideradas uma das hipóteses que explica o surgimento da nova direita. A quarta hipótese desenvolvida pelos autores repousa na criação de *locus* institucionalizados com objetivo de produzir e difundir o pensamento liberal e/ou de direita. A emergência de governos de esquerda no país nos anos 2000 até meados dos anos 2010 também se torna uma explicação, uma vez que esses governos foram postos a análises com lente de aumento tanto pelos sucessos, quanto pelos seus fracassos, a profundidade de tal movimento foi capaz de gerar e agravar a polarização política. Por fim, a crise no sistema partidário e conseqüentemente a crise de representação política é a última hipótese que explica o protagonismo da nova direita segundo Chaloub e Perlatto (2016).

Levando em consideração a hipótese de que a nova direita é um fenômeno mundial, é importante apontar que Lowy (2015) identifica que o seu aparecimento pode ser identificado primeiramente na Europa, mais especificamente na França com o crescimento do apoio à Frente Nacional - partido de extrema-direita francês - o que se repetiu por todo o continente e esses ideais também alcançaram os horizontes da "direita clássica" (a direita tradicional). A nova direita na Europa é diversa e conta tanto com partidos abertamente neonazistas (como o Aurora Dourada, na Grécia) quanto com forças burguesas já bem articuladas e integradas ao jogo político, como é o caso do partido da União do Centro Democrático (UDC) na Suíça. O que as forças da nova direita trazem em comum é um nacionalismo chauvinista, a oposição à globalização e aos órgãos de cooperação internacionais, racismo, ódio aos imigrantes, anticomunismo e a defesa de medidas autoritárias contra a violência, como o aumento da repressão policial, penas de prisão mais severas e reintrodução da pena de morte. Lowy (2015) apresenta que embora as ideologias sejam bem similares, as suas práticas políticas não são homogêneas. A onda europeia da "nova" direita alcançou, gradativamente, à América. Tal fenômeno tem início na Europa, com crescimento da adesão a partidos que defendem tais posicionamentos na Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Itália, Noruega, Polônia, Reino Unido, Suécia e Suíça. A eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos marca a chegada dessas forças no continente americano, sendo sucedida pela eleição de Bolsonaro em 2018 e o crescimento de partidos de direita nos países latino americanos com ideologias intolerantes às minorias sociais, étnicas e sexuais e oposição à governos de esquerda em países como a Argentina e o Uruguai.

De volta ao Brasil, para Cepêda (2018), na nova direita brasileira coexistem "famílias" políticas distintas, porém elas convivem e constroem alianças entre liberais e conservadores que encontram respaldos ideológicos na direita radical e neofascista. Nesse caso, os componentes da nova direita variam entre entusiastas do regime militar, conservadores pautados num viés continental de supremacia europeia, há aqueles que estão pautados em uma roupagem mais religiosa, há também os que defendem a volta da monarquia, os que defendem mais e menos Estado, os libertários que pregam a privatização dos serviços públicos, os anarco-capitalistas e os mais

radicais que defendem pena de morte à opositores políticos - nesse caso, aqueles que se posicionam no espectro político da esquerda- e o fim dos direitos humanos.

Legados autoritários, segundo a definição de Morlino, são todos os "padrões de comportamento, regras, relações, situações sociais e políticas e também normas, procedimentos e instituições, tanto introduzidas como rigorosas e visivelmente fortalecidas pelo regime autoritário" (Morlino, 2013, p. 262). Eles têm o poder de influenciar e abranger instituições políticas, econômicas e sociais sendo mais frequentes e visíveis no exercício e no comportamento das Forças de Segurança, aqui entendidas como as FA e as ASP. Ainda conforme a conceituação realizada por Morlino, os mesmos podem tomar a forma de memórias repressivas latentes, que são ativas e, dessa maneira, manipuladas por atores que podem ser sociais e/ou políticos em momentos específicos como também podem encontrar respaldo e apoio em "agentes, interesses ou identidades específicas" (Morlino, 2013, p. 263). Sendo assim, legados autoritários contribuem no reforço, consolidação ou preservação de valores já entendidos previamente e instituições que já são existentes, ajudando a criar ou a reproduzir hábitos comportamentais de um regime autoritário anterior. Eles podem ser encontrados nessas instituições formais-legais à exemplo daquelas que interligam o compromisso da sociedade civil com a sociedade política e com o Estado, e estão, ainda, diretamente ligados e incluem "uma violência estrutural que pesa fortemente (embora de forma desigual) sobre o regime e sobre a sociedade" (Morlino, 2013, p. 266).

Gallo e Gugliano (2014), admitindo que os legados autoritários são resquícios dos regimes autoritários que, ao final da transição para a democracia, acabaram por serem projetados no tempo além da existência do próprio regime de exceção, identificam quatro tipos de legados presentes no contexto brasileiro: (a) A tese da "anistia recíproca"; (b) A política de sigilo documental; (c) As prerrogativas militares; e (d) os resquícios culturais do autoritarismo. Interessa nesse estudo, o conceito de prerrogativas militares, já que são definidas por Gallo e Gugliano (2014) como sendo aquelas que são presentes somente no âmbito das FA. A sua função prática é a limitação das possibilidades de democratizar as relações entre os civis e os militares. Os autores compreendem que quanto maior o número de prerrogativas militares que convivem com os sistemas democráticos, maior será a possibilidade de setores conservadores da sociedade ensaiarem uma intervenção militar que esteja disposta a fazer uso de tais prerrogativas durante períodos de crise e instabilidade.

Ao todo, nove prerrogativas militares são elencadas por Gallo e Gugliano, sendo elas: controle militar de agências de inteligência, onde há insuficiente fiscalização parlamentar, oficiais da ativa fazendo parte do gabinete governamental, inexistência do Ministério da Defesa, falta de rotina legislativa e seções detalhadas sobre assuntos da defesa, polícia e organizações paramilitares sob controle das FA e existência de oficiais da ativa no comando das polícias locais, fraca influência do parlamento na promoção dos militares, pequena possibilidade de os militares serem julgados por

um tribunal civil, potencial para os militares se tornarem uma força independente de execução durante intervenção interna e controle militar sobre áreas de atividade econômica civil (indústria espacial, navegação, aviação, etc).

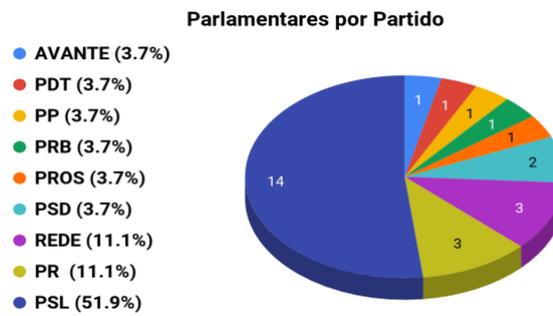
Quem são e qual o perfil dos parlamentares militares?

Foi necessário identificar entre os 513 deputados/as federais e 54 senadores/as eleitos nas eleições passadas quais se encaixavam no critério de vínculo com as FA e/ou com as ASP. Para realizar tal tarefa, fez-se a aplicação de um primeiro filtro de pesquisa traduzido na identificação, entre o montante de parlamentares eleitos, aqueles e aquelas que vincularam sua patente militar/policial à sua candidatura e aos seus nomes de urna. Para a aplicação desse filtro, lançou-se mão de buscas *online* em dois sites jornalísticos referenciados - sendo eles o "Gazeta do Povo" e o portal de notícias "G1" - os resultados eleitorais de 2018. Quando a verificação foi positivada, os dados foram submetidos à busca no portal online da Câmara de Deputados e no portal do Senado Federal e as informações coletadas foram devidamente confirmadas.

A aplicação do primeiro filtro resultou em 23 deputados/as e 3 senadores eleitos que vincularam (e ainda vinculam) suas patentes às suas candidaturas, os deputados/as eleitos são: Delegado Pablo Oliveira (PSL-AM), Capitão Alberto Neto (PRB-AM), Delegado Éder Mauro (PSD-PA), Coronel Chrisóstomo (PSL-RO), Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA), Capitão Wagner (PROS-CE), Capitão Fábio Abreu (PR-PI), General Girão (PSL-RN), Delegado Waldir (PSL-GO), Major Vítor Hugo (PSL-GO), Cabo Junio Amaral (PSL-MG), Subtenente Gonzaga (PDT-MG), Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), Delegado Antônio Furtado (PSL-RJ), Sargento Gurgel (PSL-RJ), Major Fabiana (PSL-RJ), Policial Kátia Sastre (PR-SP), Capitão Augusto (PR-SP), Tenente Derrite (PP-SP), Coronel Tadeu (PSL-SP), General Peternelli (PSL-SP), Sargento Fahur (PSD-PR) e Coronel Armando (PSL-SC); e os senadores são: Capitão Styvenson (REDE-RN), Delegado Alessandro Vieira (REDE-SE) e Major Olímpio (PSL-SP).

Após a identificação dos mesmos, tornou-se possível traçar um perfil mais detalhado a respeito dos parlamentares militares possibilitando a conclusão de que eles são homens, brancos, com mais de 40 anos, oriundos da polícia militar e filiados ao PSL. Os gráficos a seguir demonstram informações mais detalhadas a respeito dos mesmos.

Gráfico 1:



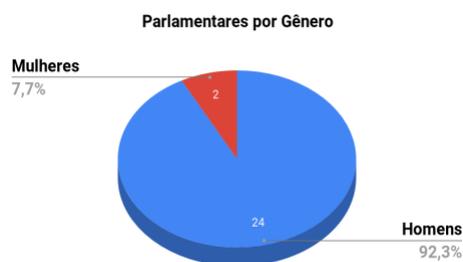
Fonte: elaboração própria com base em <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>

Gráfico 2:



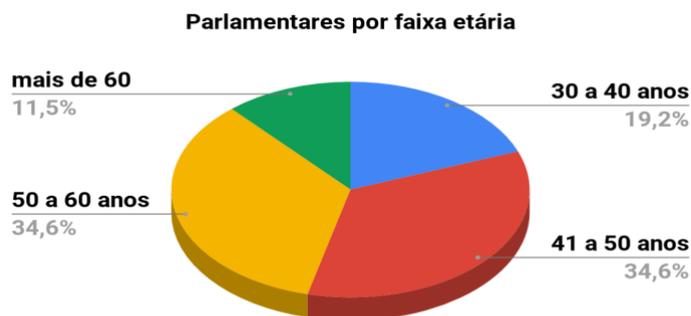
Fonte: elaboração própria com base em <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>

Gráfico 3:



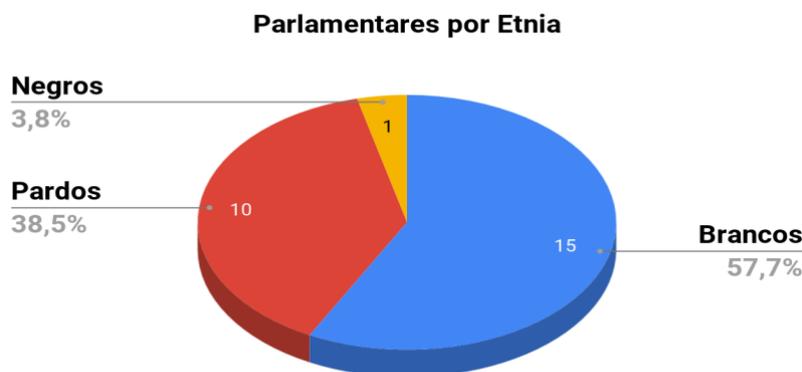
Fonte: elaboração própria com base em <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>

Gráfico 4:



Fonte: elaboração própria com base em <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>

Gráfico 5:



Fonte: elaboração própria com base em <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>

Gráfico 6:



Fonte: elaboração própria com base em <http://divulga.tse.jus.br/oficial/index.html>

Como os "parlamilitares" se apresentaram ao eleitorado?

Esta pesquisa previu a coleta de dados das postagens, vídeos, fotos e publicações dos 26 parlamentares em suas páginas oficiais tanto da rede social *Facebook* quanto da rede social *YouTube*. Com essa finalidade, iniciou-se o processo de busca das redes sociais dos parlamentares eleitos que se deu de duas formas diferentes, num primeiro momento na rede social *Facebook* e posteriormente na rede social *YouTube*. Para o *Facebook* foi inserido o nome e a patente vinculada durante a campanha na barra de buscas que a plataforma *online* disponibiliza, desta forma, foram analisadas mais de 1.000 publicações, entre fotos, vídeos e postagens escritas dos 26 parlamentares.

Para a coleta de dados na rede social *YouTube* foi feito o mesmo processo de busca pelos nomes dos parlamentares na barra de buscas da plataforma, e foram encontrados os canais oficiais e posteriormente se os vídeos postados pelos canais oficiais enquadraram-se no recorte temporal estabelecido pelo critério de coleta de dados. De acordo com o conteúdo do material de campanha dos parlamentares observados, é possível identificar dois tipos de discurso distintos e que são recorrentes nas postagens, vídeos e fotos dos objetos de pesquisa. O primeiro deles está vinculado ao conteúdo programático da campanha dos deputados/as e senadores.

O conteúdo programático diz respeito às propostas de mandato dos parlamentares eleitos defendidas durante suas campanhas. Essas propostas foram traduzidas como as mais concretas em termos das futuras legislaturas dos parlamentares. Para melhor explicitar o conteúdo programático temos a pauta contrária a legalização do aborto, a defesa dessa pauta durante a campanha dos parlamentares significa que quando medidas que pretendem legalizar ou até mesmo discutir o aborto entrarem na pauta da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, os parlamentares que se colocaram contra a legalização do aborto, em suas campanhas, provavelmente irão votar contra essas medidas. Por conseguinte, ele se refere às práticas de legislatura a serem reproduzidas pelos candidatos eleitos durante os seus respectivos mandatos. Desse modo temos o Quadro 1 que explicita as temáticas de conteúdo programático dessas campanhas.

Quadro 1 - Conteúdo Programático:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Combate à corrupção
Implementação de colégios militares
Combate às Drogas
Investimento em Segurança Pública
Revogação do Estatuto do Desarmamento
Contra a legalização do aborto
Implementação do "Escola Sem Partido"

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados

O segundo tipo de discurso identificado na campanha dos parlamentares foi denominado de conteúdo ideológico e relaciona-se às ideias mais abstratas das campanhas. São valores ideológicos/morais nos quais as campanhas foram pautadas, sendo nesse caso, os valores nos quais os parlamentares eleitos firmaram suas campanhas. Esses valores foram denominados aqui de "conteúdo ideológico". A escolha dessa denominação se deu porque os valores identificados nos discursos e campanhas eleitorais apresentam respaldo mais na ideologia "moral" dos candidatos eleitos do que propriamente no conteúdo programático defendido por eles durante essas campanhas. Essas ideias podem sim repercutir em algo programático durante as legislaturas, mas a princípio elas representam ideias abstratas. São ideias soltas nas quais os parlamentares não deixam claro o que entendem por "ideologia de gênero" por exemplo, nesses casos, elas representam ideias vazias que cada eleitor/a preenche mentalmente.

Quadro 2 - Conteúdo ideológico:

CONTEÚDO IDEOLÓGICO
Religião
Antipetismo
Nova Política
"Bandido bom é bandido morto"
Família Tradicional
Pátria Livre

Contra à "Ideologia de Gênero"
Valores éticos e morais

Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados

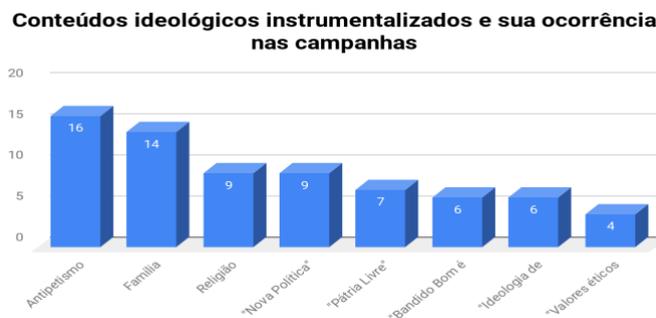
Foi possível também sistematizar o quão frequente foi o aparecimento dos temas explicitados nos Quadros 1 e 2 por parlamentar. Isso significa dizer quantos deputados/as e senadores vincularam as pautas e as temáticas apresentadas nos Quadros nos seus discursos eleitorais. Os gráficos a seguir demonstram essa afirmação:

Gráfico 7:



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados

Gráfico 8:



Fonte: elaboração própria com base nos dados coletados

Além das temáticas apresentadas nos quadros que dizem respeito ao conteúdo programático e conteúdo ideológico identificados na campanha dos parlamentares eleitos, nota-se outro fator

relevante identificado na segunda etapa do processo de coleta de dados que corresponde a vinculação das candidaturas à figura e a campanha do candidato à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro, eleito no segundo turno. Isso ocorreu na campanha de 20 dos 26 parlamentares, sendo eles do mesmo partido ou não do presidencial.

"Endireitando" o Brasil: uma análise do perfil dos "parlamilitares" eleitos em 2018

Del Río (et al., 2018) reitera que as eleições de 2018 foram marcadas pelo medo. O apelo contra a insegurança e a corrupção tomaram conta do discurso político que foi vinculado às campanhas, medo esse que foi mobilizado durante as eleições e foi fator central que guiou as escolhas do eleitorado. Esse medo pôde ser percebido na argumentação das campanhas dos parlamentares, no que diz respeito ao discurso da "salvação" da pátria brasileira, uma vez que para tais parlamentares o Brasil estava mergulhado em uma crise de corrupção e "dominação esquerdista" encabeçada pelo PT e pelos movimentos sociais e a única alternativa possível seria a eleição dos mesmos, pois muitos deles se colocaram como "salvadores" do Brasil frente aos males causados exclusivamente pelos governos petistas, traduzido pelos parlamentares como o principal inimigo da nação nos discursos eleitoreiros da maioria deles.

A manipulação da informação, as "fake news" e a tentativa bem-sucedida de encarnar a luta contra um inimigo comum da nação brasileira mesclada com a violência e o ódio ao "outro" confirmam a afirmação de Del Río (et al., 2018): a estética das eleições é democrática, mas, a sua alma é autoritária. Nas eleições de 2018, mais de 70 candidatos vinculados às FA e às ASP chegaram ao Poder Executivo, Legislativo Federal e Legislativo Estadual, confirmando o que Souza e Gallo (2015) afirmaram em seus escritos, em situações de crise, a sociedade acaba por optar por saídas autoritárias. A maioria dos 26 parlamentares analisados apresentam discursos autoritários e alguns até pregam a eliminação de outros setores políticos que fazem oposição frente às medidas antidemocráticas que por eles são defendidas.

Retomando Gallo & Gugliano (2014), as prerrogativas militares estão presentes nas FA e têm a função prática de limitar as possibilidades de democratização das relações entre civis e militares, sendo assim, uma dessas prerrogativas que foram identificadas pelos autores em sua pesquisa foi a de que a Polícia e as organizações paramilitares estão sob controle das FA e são os oficiais da ativa que estão no comando das polícias locais. Levando em consideração essa afirmação, a ligação entre as instituições se comprova e ainda revela que essa relação é uma expressão dos legados autoritários. Del Río melhor explicita essa relação ao analisar a Polícia Militar, quando diz que "as estruturas policiais militares conservam parte do entulho autoritário e repressivo da ditadura militar em seu funcionamento durante o período democrático" (DEL RÍO; et al., 2018, p. 55).

Falando sobre o perfil geral que pôde ser traçado ao analisar essas candidaturas, notou-se que os parlamentares são em sua maioria, homens, oriundos da Polícia Militar, brancos, com mais de 40 anos e instruídos até o nível superior. É possível traçar um paralelo entre esse perfil dos candidatos e o perfil dos manifestantes que ocuparam as ruas em protestos à direita no país, que ocorreram de 2007 até 2015. O perfil desses manifestantes, traçado por Tatagiba, Trindade e Teixeira (2015), evidencia que os participantes desses protestos têm o mesmo perfil dos parlamentares aqui analisados: são majoritariamente homens, brancos, com mais de 40 anos e com nível superior completo, revelando um possível respaldo entre os ideais defendidos pelos parlamentares durante suas campanhas na sociedade civil. É importante registrar que entre os parlamentares eleitos há apenas 1 negro e apenas 2 mulheres entre os 26. Eles são o deputado Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA) e as deputadas Policial Kátia Sastre (PR-SP) e a Major Fabiana (PSL-RJ).

Nesse caso, algumas considerações devem ser feitas sobre o Pastor Sargento Isidório (AVANTE-BA), a Policial Kátia Sastre (PR-SP) e suas campanhas. Além de ser o único negro, o Pastor Sargento também foi o único que apoiou o presidenciável Fernando Haddad (PT) e também é um dos 3 parlamentares que não possuem Ensino Superior, assim como o Cabo Junio Amaral (PSL-MG) e o Sargento Fahur (PSD-PR). A candidatura da Policial Kátia Sastre foi diretamente e somente relacionada com a pauta da segurança pública. Ela ficou popularmente conhecida por ter matado um assaltante na frente de uma escola em Suzano-SP na véspera do dia das mães. Esse fato foi diretamente ligado à sua candidatura e a Policial até chegou a usar esse episódio como campanha no seu vídeo eleitoral autorizado pelo TRE-SP, o qual registra o momento do assalto e dos 3 tiros disparados pela deputada.

Falando em Segurança Pública, é fato que as eleições dos 26 parlamentares têm relação direta com esta pauta e que ela foi artifício de mobilização de votos. Esse fato explicita-se desde as coligações feitas pelos parlamentares, como é o caso da coligação do Capitão Alberto Neto (PRB-AM) e até o discurso de investimento e melhoria da segurança pública. Essa pauta foi instrumentalizada pela metade dos parlamentares, ficando atrás somente da pauta de combate à corrupção - mobilizada por 15 deles. Também está relacionado com a pauta da segurança pública, o combate às drogas, mobilizada por 7 parlamentares, aqui também nenhum deles revelou como será feito esse combate, exceto por discursos que pregam a eliminação de traficantes por meio da máxima do "bandido bom é bandido morto". Essa máxima pode ser explicada pela afirmação de Del Río (et al., 2018, p. 58), quando afirmam que "há uma retórica no campo da segurança que tenta afirmar o uso legal do poder de matar como uma forma de produção da ordem. Essa é uma prerrogativa fundamental para qualquer forma de autoritarismo".

O debate sobre Segurança Pública nas candidaturas dos parlamentares envolve também uma outra pauta de conteúdo programático que foi mobilizada: a revogação do Estatuto do

Desarmamento, prometida por 11 dos 26 parlamentares. Sob a justificativa da (in)segurança, os parlamentares acreditam que o "cidadão de bem", ou seja, aquele que é um obediente civil, não comete crimes e portador dos valores éticos e morais da sociedade brasileira deve ter o direito de legítima defesa, o que significa dizer que esse cidadão deve ter o direito de se defender da "bandidagem". Del Ríó (et al., 2018) referem que a pauta da revogação do Estatuto do Desarmamento deve ter o seu interesse concreto analisado a partir dos seus potenciais resultados. Isso significa que:

Essa flexibilização do acesso da população civil a armamentos facilitará que os grupos milicianos se armem, sem depender de uma sociedade com policiais e militares corruptos. Não é o "cidadão de bem" que terá acesso a esse arsenal, serão os grupos ilegais que já atuam de modo clandestino e mafioso – com participação de agentes estatais – que ampliarão seu poder letal. Esse movimento, além de ampliar o controle sobre as classes vistas como inimigas, ainda aquece a indústria armamentista que já tem organizado feiras de negócios no Brasil, particularmente, no Rio de Janeiro, de olho nesse mercado. Como a história tem demonstrado, a barbárie pode ser muito lucrativa (Del Ríó; et al., 2018, p.59).

O combate à corrupção, como mencionado, também foi uma das grandes pautas mobilizadoras de voto, tornando-se um conteúdo programático nas campanhas analisadas, embora nenhum candidato tenha esclarecido como operacionalizar essa bandeira. Lowy (2015) apresenta que, no Brasil, a luta contra a corrupção foi demagogicamente manipulada com sucesso - como comprova a eleição dos parlamentares em 2018 - por setores conservadores, aqueles que estariam ligados à "nova" direita. Nas palavras do autor "levanta-se a bandeira da corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e legitimar golpes militares" (Lowy, 2015, p. 662).

É possível relacionar a instrumentalização do combate à corrupção como conteúdo programático com o discurso apresentado por 9 parlamentares da mudança e da "nova" política, que se enquadram no conteúdo ideológico. A "nova" política defendida pelos deputados/as e senadores parece ter o significado da "política" honesta, livre de corrupção. A interpretação desta categoria de mobilização de votos passa pelo entendimento que os parlamentares estariam dispostos a fazer um tipo de política diferente, ao colocar a política e os agentes políticos do passado como corruptos em sua maioria, e que eles estariam aptos para erradicar esse mal, mas como dito, em nenhuma das candidaturas ficou explícito os meios de combater a corrupção e terminar com os privilégios dos políticos, ou nas palavras dos parlamentares eleitos, "acabar com a mamata". O símbolo da "nova política" também estava expresso nas coligações dos parlamentares, como é o caso da coligação Renova RN - da qual o General Girão (PSL-RN) fez parte - e a coligação Muda Paraná - da qual o Sargento Fahur (PSD-PR) fez parte.

A renovação e o combate à corrupção também estão relacionadas ao maior discurso mobilizador de votos percebido nas campanhas dos parlamentares como conteúdo ideológico, o antipetismo. Presente nas campanhas de 16 dos 26 parlamentares, o antipetismo reforça que as eleições foram marcadas pela ruptura social que está presente na sociedade brasileira como um todo. Messenberg (2019) já tinha identificado que o antipetismo foi o campo semântico responsável por reunir o maior número de emissões discursivas nas postagens dos formadores de opinião política da "nova" direita já em 2015. Na percepção desses atores políticos, ao PT é atribuída a responsabilidade por todas as mazelas que atingem o Brasil, ou seja, ao partido é atribuído tanto a crise econômica quanto a corrupção dentro da política. O combate à corrupção é entendido, aqui, como o combate ao PT. Messenberg (2019) explica que apesar da corrupção ser uma característica reconhecida como prática de longa data dentro da política, no caso do PT ela é vinculada como "prática de governo". Do discurso antipetista até parlamentares que prometeram, durante a campanha, criminalizar a existência do PT - proposta do Cabo Junio Amaral (PSL-MG) -, Messenberg refere que:

A eleição de "bodes expiatórios" é um dos mais tradicionais mecanismos políticos para amenizar o ódio e as frustrações de parcelas da sociedade, que se veem ameaçadas diante daquilo que sentem como agressões ao mesmo tempo difusas e brutais ao seu mundo (Messenberg, 2019, p. 38).

É possível identificar que o antipetismo foi traduzido em algumas campanhas como anticomunismo, uma vez que alguns parlamentares relacionaram os governos petistas ao comunismo, ainda que, durante todo o período em que esteve no poder, o PT nunca tenha tentado "implodir" uma revolução comunista no país, tampouco suas práticas políticas e econômicas tenham sido comunistas. É dado que os governos petistas implementaram uma série de políticas públicas de assistencialismo e de justiça social, e é possível que essa seja a raiz do problema, visto que a promoção e a garantia de direitos sociais não agrada a cosmovisão da "nova" direita (Messenberg, 2019) e é motivo suficiente para eleger a prática da política do medo e do ódio ao diferente, fato observado nas eleições dos parlamentares e do presidente em 2018.

Outro conteúdo programático defendido foi a implementação dos colégios militares. Essa pauta foi defendida por 6 parlamentares e ela revela a confiança nas instituições militares descrita por Gallo e Gugliano (2014). Essa confiança aqui está relacionada a retomada dos valores éticos e morais da sociedade - valores esses que foram amplamente defendidos nas campanhas ainda que não se tivesse uma explicação sob qual perspectiva esses valores estariam pautados - em especial dentro dos centros de educação do país, uma vez que para os parlamentares, durante os governos petistas o ensino nas escolas foi desmoralizado e estava voltado para as ideologias daquele governo. O que pode ser entendido aqui como "ideologia petista" na visão dos parlamentares é a dada

"ideologia de gênero"¹ - que 6 parlamentares prometeram lutar contra - e a distribuição do "kit gay"² (mencionado nas campanhas dos parlamentares e na do presidente Bolsonaro). Para a política educacional, também foi defendida a aprovação do projeto "Escola Sem Partido"³.

O discurso religioso também foi marcante na construção das candidaturas, desde os slogans de coligação como "São Paulo acima de tudo, Deus acima de todos" e "Pátria e Família Cristã", até o conteúdo de campanha. Foram 9 os parlamentares que possuíam um discurso religioso, alguns deles até se colocaram como "enviados por Deus" com o objetivo de mudar a política brasileira. Há, então, relacionado a essa pauta da religião, a defesa do ensino religioso nas escolas, a preservação da Família Tradicional Brasileira (constituída por pai, mãe e filhos) - defendida por 14 parlamentares - e o discurso contrário à legalização do aborto - presente em 2 candidaturas. As pautas mobilizadas e o discurso religioso revelam o caráter conservador desses atores e do controle das liberdades individuais defendido pelos mesmos, características que estão presentes na "nova" direita na concepção de Codato, Bolognesi e Roeder (2015).

As campanhas, especificamente daqueles vinculados às FA, também foram marcadas por referências ao período da ditadura militar. O Delegado Éder Mauro (PSD-BA) chegou a fazer referência à tortura em uma postagem do seu perfil excluído do *Facebook*, esse mesmo deputado foi investigado por prática de tortura quando ainda exercia função de delegado. O Coronel Chrisóstomo (PSL-RO) e o General Girão (PSL-RN) referem-se ao Golpe de 1964 como "Revolução de 1964" numa tentativa de revisionismo histórico. O General Peternelli (PSL-SP) através de uma alusão futebolística demonstrou seu apoio à Bolsonaro para ser o 6º presidente militar do país.

Por fim, é necessário ressaltar que 46,2% dos parlamentares vivenciaram todo o período da ditadura, 34,6% vivenciaram parcialmente e 19,2% vivenciaram a fase final ou não vivenciaram o regime. Ou seja, a maioria dos eleitos vivenciou total ou parcialmente sob o regime autoritário brasileiro. Apenas o parlamentar Cabo Junio Amaral (PSL-MG) não vivenciou o período da ditadura, mas, de certa forma, mesmo o deputado não tendo-a vivenciado, ele é um dos que mais defendeu

¹ O debate a respeito da "ideologia de gênero" (termo incorreto para se referir sobre as discussões de gênero) se intensificou no Brasil após a estruturação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014. A proposta do MEC era incluir temas relacionados com identidade de gênero e sexualidade nos planos de educação em todo o país, promovendo o debate da sexualidade, da igualdade e o respeito ao diferente nas escolas. Os críticos à "ideologia de gênero" acusam a proposta de servir para a doutrinação das crianças, desconstruindo os tradicionais conceitos de família, principalmente aqueles que estão baseados em preceitos religiosos. Ver mais em <<https://drauziovarella.uol.com.br/drauzio/artigos/ideologia-de-genero-artigo/>>

² O "kit gay", é o apelido atribuído pela bancada evangélica ao material do projeto Escola sem Homofobia, elaborado pelo MEC e composto por 3 vídeos e um guia de orientação aos professores como forma de reconhecer a diversidade sexual entre os jovens e alertar sobre o preconceito. Ver mais em <https://www.huffpostbrasil.com/2018/10/24/kit-gay-a-verdade-sobre-o-programa-alvo-de-criticas-e-fake-news-de-bolsonaro_a_23565210/>

³ Projeto de Lei que prega o combate à uma suposta "doutrinação" de esquerda nas escolas. Na verdade, o "Escola Sem Partido" é uma tentativa de tutelar o ensino dentro das salas de aula. Ver mais em <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html>

medidas autoritárias na eleição, como a criminalização do PT e do Movimento Sem-Terra (MST) e defendeu a apologia ao comunismo como crime.

Conforme a referida concepção de legados autoritários apresentada por Morlino (2013), estes se relacionam com padrões comportamentais, regras, normas, instituições criadas e/ou modificadas por regimes autoritários. Com o poder de influenciar instituições políticas, econômicas e sociais, os legados são mais frequentes e visíveis no comportamento das Forças de Segurança. Nesse caso, é possível visualizar que os mesmos estão relacionados às ideias defendidas e vinculadas durante as campanhas dos deputados/as e senadores, uma vez que repercutem ideias, comportamentos e apelo à práticas estabelecidas e/ou fortalecidas durante a ditadura.

A defesa do extermínio do outro, sem levar em consideração a existência dos Direitos Humanos e das instituições que os salvaguardam, a intolerância e a defesa da erradicação de ideologias contrárias, a defesa de práticas autoritárias para resolver os problemas relacionados à segurança pública, entre outros fatores explicitados durante este artigo traçam essa ligação entre a construção das candidaturas e os legados autoritários. Relembrando novamente a análise de Morlino, estes abrangem convicções, valores e atitudes presentes em instituições públicas, agências ou organizações, configurando "uma violência estrutural que pesa fortemente [...] sobre o regime e sobre a sociedade" (Morlino, 2013, p. 266). Convicções, valores e atitudes estão expressas no que foi mobilizado durante as campanhas analisadas, sendo possível observar que as instituições que mantêm e perpetuam esses legados são as de origem dos parlamentares (isto é, as FA e ASP).

É importante retomar a discussão sobre prerrogativas militares de Gallo e Gugliano (2014) que estão presentes no âmbito das FA mas acabam por se relacionar com as ASP na medida que uma das prerrogativas militares identificadas é, justamente, o controle dessas Agências por parte das FA. Isso significa que os legados autoritários presentes nas FA acabam sendo projetados nas ações e na organização das ASP. Nóbrega Jr. (2010) explicita que as questões de segurança pública permanecem no controle das FA, impossibilitando o controle civil dessas ações e organizações. Isso ocorre porque as ASP são militarizadas tanto em seu funcionamento, quanto na sua organização interna. Esse exemplo pode ser visto ao olharmos para as Polícias Militares estaduais, de acordo com o autor os seus órgãos de informações-inteligência sujeitam-se ao comando do Exército, isso contribui ainda mais para o fortalecimento das forças militares em assuntos de Segurança Pública.

Considerações finais

Este artigo tinha como objetivo central traçar um panorama através do qual fosse possível identificar quem eram os parlamentares que, eleitos em 2018, possuíam origem profissional atrelada às FA e/ou ASP brasileiras e fizeram uso de sua origem "militar" com o objetivo de mobilizar votos junto ao eleitorado. Como mencionado, o foco da pesquisa foi concentrado no conteúdo veiculado

nas campanhas dos eleitos para o Legislativo Federal, isto é, um universo de 26 parlamentares (23 deputadas/os federais e 3 senadores).

Em termos metodológicos, a pesquisa foi realizada em duas etapas. Primeiro, foram identificados, mediante consulta à base de dados *Divulgacand* e outras fontes Online, todas as candidaturas que vincularam o nome de urna a algum tipo de pertencimento às Forças de Segurança. Na sequência, os parlamentares eleitos com tal perfil tiveram seus materiais de campanha (coletados em redes sociais como o *YouTube*, *Facebook*, etc.) mapeados, catalogados e analisados com base em dois tipos de variáveis: quantitativas (relacionadas ao gênero, idade, escolaridade, profissão declarada, filiação partidária) e qualitativas (associadas ao conteúdo programático e ideológico das campanhas).

De um modo geral, pode-se afirmar, com base nos dados compilados para a pesquisa, que as/os "parlamilitares" eleitos em 2018 são, essencialmente, homens, brancos, de meia idade (acima de 40 anos), com escolaridade alta (ensino superior), filiados a partidos situados mais à direita do espectro político partidário e vinculados profissionalmente à Polícia Militar. A enorme maioria desse grupo viveu durante a ditadura civil-militar brasileira. O combate à corrupção e uma pauta associada às questões da Segurança Pública, liberação das armas e ensino militar foram elementos presentes na maioria das campanhas, compondo o núcleo central do conteúdo programático instrumentalizado pelos eleitos. O antipetismo, a defesa de valores religiosos e da família, e o combate à "ideologia de gênero", entre outras ideias, foram recorrentes na campanha eleitoral, compondo o pano de fundo "ideológico" utilizado por esses indivíduos na disputa pelos votos do eleitorado.

Com base nos dados expostos e analisados, foi possível observar que legados autoritários estão presentes tanto nas FA quanto nas ASP e as campanhas e candidaturas dos 26 parlamentares ajudam a melhor compreender esse fato por todo o seu conteúdo demonstrado nesta análise. É provável que os resquícios culturais do autoritarismo e seus legados estejam presentes nas organizações e ações dessas instituições. Quando agentes dessas mesmas instituições se lançam na dinâmica do jogo político e participam de um processo eleitoral construindo suas campanhas e mobilizando votos é possível perceber que o que é instrumentalizado em suas campanhas tem caráter autoritário, conservador e controlador das liberdades individuais e sociais. Ademais, conclui-se que a construção das campanhas dos parlamentares eleitos em 2018 de origem profissional das FA e das ASP têm ligação com os legados autoritários, tanto pelo viés das prerrogativas militares quanto pelo viés dos resquícios culturais do autoritarismo.

Referências

- Almeida, R.; Zanolrenssi, G. (2018). A expansão dos militares e policiais entre os políticos eleitos. *Nexo Jornal*, Brasil, 31 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/10/31/A-expans%C3%A3o-dos-militares-e-policiais-entre-os-pol%C3%ADticos-eleitos>>. Acessado em: 26 de agosto de 2021.
- Bobbio, N. (2001). *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora UNESP.
- Bresser-Pereira, L. C. (2006). O paradoxo da esquerda no Brasil. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, p. 25-45.
- Cepêda, V. (2018). A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v.23, n.2, p. 75-122.
- Chaloub, J.; Perlatto, F. (2016). Intelectuais da "nova direita" brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, v.1, p 25-42.
- Codato, A.; Bolognesi, B.; Roeder, K. M. (2015). A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: Kaysel, A.; Cotas, G. (Org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p. 115-144.
- Del Río, A.; et al. (2018). Eleições no Brasil: da violência ao poder. *Revista Política Hoje*, Recife, v. 27, n. 2, p. 47-64.
- Gallo, C. A.; Gugliano, A. A. (2014). Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In: Gallo, C. A.; Rubert, S. (Org.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Deriva. p. 285-301.
- Lowy, M. (2015). Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 124, p. 652-664.
- Messenberg, D. (2019). A cosmovisão da "nova" direita brasileira. In: PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (Org.). *Brasil em transe: Bolsonaro, Nova Direita e Desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel. p. 25-49.
- Morlino, L. (2013). Legados autoritários, das políticas do passado e da qualidade da democracia na Europa do Sul. In: Costa Pinto, A.; Martinho, F. C. P. (Org.). *O passado que não passa: a sombra das Ditaduras na Europa do Sul e na América*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 261-294.
- Souza, B. M.; Gallo, C. A. (2015). Legados Culturais do Autoritarismo no Cone Sul. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 2, n. 2, p. 75-89.
- Nóbrega Júnior, J. M. P. da. (2010). A militarização da Segurança Pública: um entrave para a democracia brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, v.18, n.35, p. 119-130.
- Tatagiba, L.; Trindade, T.; Teixeira, A. C. C. (2015). Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: Kaysel, A.; Cotas, G. (Org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p. 197-213.